

## O MUNDO DOS RICOS, NÃO TÃO DOCE!

Luiz Carlos Corrêa Carvalho

*“Prudentemente, os deuses escondem no mais profundo nevoeiro os eventos dos tempos futuros”*

Homero, em Odisséia, citado por Delfim Neto

A reunião da OCDE (países industrializados – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em sua sede, em Paris, tratou, no mês de maio/10, do tema “Green Growth and Energy” (Crescimento Verde e Energia). Em concorrido encontro, onde a temática, via painéis, era sobre energia e investimentos em verdes, com os conseqüentes impactos em empregos, desenvolvimento e sustentabilidade, a agenda proporcionou um debate muito interessante, porém um pouco afetado pelo clima reinante de “baixo astral”, função da difícil situação econômica dos países da OCDE.

O que rola atualmente na Europa? O Editorial recentemente publicado pela OCDE Economic Outlook (maio/2010) relata que sobem os riscos para a recuperação econômica global face a magnitude das dívidas dos países ricos e as suas conseqüências de redução do crescimento, desemprego e não investimento, assim como o outro lado da questão: o fluxo de capitais em direção aos mercados dos países emergentes. Em síntese, uma situação de grande instabilidade que já é sentida nas Bolsas de Valores de todo o mundo. A recomendação da OCDE é no sentido da busca de um crescimento mais balanceado, forte e sustentável, que certamente dependerá de uma combinação de políticas macroeconômicas, de câmbio e de mudanças estruturais, incluindo-se, uma consolidação fiscal. Segundo a OCDE, identificar e implementar essa combinação de políticas será um objetivo maior de colaboração internacional, mais efetivamente dentro do G20 (não mais G7 ou G8 como antes). Fala-se, portanto, da reforma do mercado financeiro global, que, sem regras e regulações internacionais, não vai funcionar. Entre 2008 e o primeiro trimestre de 2010, o desemprego de 16 milhões de pessoas nos países da OCDE assusta muito. Exceto os EUA, que vem mostrando alguma recuperação, Japão e Europa estão mal.

Nós, brasileiros, vivemos isso por um longo período e sabemos o quanto difícil foi, assim como o quanto longo foi. Mas era um país e um governo. Na Europa é um bloco de países, com histórias e ambições diferentes. Eles conseguirão coordenar isso?

De qualquer modo, a lição que fica é que a crise de 2008 aí está, ainda. Políticas de estímulos feitas até de uma forma coordenada em 2008, mostram conseqüências agora. O longo – prazo, no mundo real, chega em certo momento e diz que a responsabilidade de governantes e empresas deve estar acima dos curtos períodos de governos eleitos. Isso é um problema da democracia, apesar da alternância do poder ser tão importante para o seu fortalecimento.

<b>Tabela: OCDE – Uma Recuperação Complexa</b>			
	Média 1997 – 2006	2009	2010
Crescimento Real (PIB) <sup>(1)</sup>	2,8	(3,3)	2,7
EUA	3,2	(2,4)	3,2
Área do Euro	2,3	(4,1)	1,8
Japão	1,1	(5,2)	2,0
Taxa de Desemprego <sup>(2)</sup>	6,5	8,1	8,5
Inflação	2,8	0,6	1,6
Balanço Fiscal <sup>(3)</sup>	(2,1)	(7,9)	(7,8)
(1) Sobre o ano anterior			
(2) % da força de trabalho			
(3) % do PIB			
Fonte: OECD Economic Outlook, 2010			

Enquanto isso tudo gera certa depressão, face as expectativas de lenta recuperação, nos EUA ocorre o mais grave acidente ambiental na área energética daquele país, com o vazamento do petróleo de uma plataforma da BP no Golfo do México, gerando um questionamento global sobre a exploração de petróleo em águas profundas. Sabe-se que esse impacto permanecerá por um certo período, assim como foi com Chernobil e sua planta nuclear, que segurou os investimentos na área nuclear por muitos anos. Ocorreria o mesmo com o petróleo? Ou isso reforçaria a tese da busca urgente por fontes de energia menos poluidoras?

Nesse clima realizou-se a reunião da OCDE, onde participamos como Fundação Getúlio Vargas. O painel era formado pelo Brasil (FGV), Espanha (Abengoa), Japão (RENGO – Confederação de Comércio), França (AREVA), Rússia (LUKOIL), Coreia do Sul (Centro de P&D em Energia) e o Economista-Chefe da Agência Internacional de Energia. Moderada pelo Diretor Editorial da Energy Intelligence (Reino Unido), pode-se depreender a crescente força e importância do gás natural abundante e da energia nuclear retornando com força (vide recente entrevista de Steve Chu, Prêmio Nobel e Secretário de Energia dos EUA), além do grande interesse pela bioenergia, CCS (Captura e Estocagem de CO<sub>2</sub>) e os esforços em pesquisa e desenvolvimento.

Coube aos representantes do Brasil (FGV) e Espanha (Abengoa) a defesa da bioenergia e os seus impactos favoráveis.

Elaborando as respostas às questões principais, onde se procurou mostrar a importância de ter um período de transição para energias limpas, procurou-se abordar o forte crescimento que ocorrerá no consumo de energia de agora até 2030, graças aos países emergentes (segundo a IEA, os campos de petróleo atuais cairão 2/3 em reservas até 2030 e serão precisos pelo menos 4 vezes mais gás natural do que tem hoje a Rússia e 8 novas plantas de energia nuclear ao ano). Assim sendo, procurou-se caracterizar que os governos dos países precisam, urgentemente, criar as condições de segurança para atender à demanda, em mercados abertos, sem barreiras, como única forma de acelerar medidas e atender a urgência requerida.

Na mesma linha, questionado sobre possível efeito para países como os da América Latina, por exemplo, pode-se colocar o fato que as mudanças climáticas trouxeram a agricultura de volta ao centro das discussões internacionais. Citando os relevantes dados da matriz energética brasileira em comparação com a dos países da OCDE, onde a oferta interna de energia no Brasil pela biomassa está ao nível da oferecida pelos derivados do petróleo,

passou-se a discorrer sobre os efeitos disso para os países tropicais. Nessa linha, caracterizando não apenas as oportunidades de empregos, pois no Brasil, cadeias produtivas comparadas – petróleo e cana, tem-se 6 vezes mais empregos e municípios produtores; no Mundo, mais de 100 potenciais países produtores de biomassa de baixo custo contra os atuais 15 produtores e exportadores de petróleo, mas também oportunidades de positivo impacto ambiental, como o espetacular efeito que ocorrerá com a transformação, via biotecnologia, de carboidratos (açúcares) em hidrocarbonetos renováveis (diesel verde, nafta verde, etc), pagos pela energia obtida das fibras da biomassa que acompanham o açúcar! Essa a grande oportunidade da bioenergia, que deverá ter presença marcante a partir do momento em que políticas globais e locais estimulem isso.

Sem dúvida alguma, inovação será uma força direcionadora do forte empurrão que acelerará a implementação, em larga escala global, da energia renovável. O Secretário Geral da OCDE – Sr. Angel Garcia – citou que “a inovação é também o dínamo por detrás do crescimento verde, sem o qual o potencial econômico da energia renovável, de uma cadeia de oferta limpa e de uma grande geração de empregos verdes ficará seriamente comprometida”.

Dois pontos merecem reflexão:

- 1) Claramente alguns sinais são hoje globais – o modelo atual de energia é insustentável; é fundamental avanços tecnológicos em fontes limpas de energia e melhorias na eficiência energética; desse modo há um consenso que isso criará empregos, melhor renda e qualidade de vida, diversificando a matriz energética dos países.
- 2) A cana-de-açúcar é campeã absoluta e nem a 2ª geração de energias renováveis, quando vier, a ultrapassará. Mesmo assim o lobby do gás natural e da energia nuclear são mais fortes.

Vive-se portanto uma grande chance: energia será cada vez mais rara e ..... cara! Os países tropicais, emergentes, serão protagonistas de uma fantástica e positiva nova revolução global.

O açúcar, doce e inebriante, vira plástico, óleo diesel, nafta, enfim, se torna, de fato uma energia plena, diversificada e competitiva. Mais doce no mundo tropical.

O que fica com o gostinho amargo que deixa o adoçante sintético, é a questão da defesa que os países ricos farão da sua balança comercial, na procura por mais exportação; de empregos buscando produzir lá mesmo. Isso amarga a nossa meta de abrir esses mercados e cria um clima de desconfiança que o governo brasileiro deverá estar preparado para atuar. Com toda a complexidade conhecida disso, é, certamente, mais fácil que arrumar uma saída para o Irã.